



O sindicato
Somos Todos Nós!

jornal do

SINTUFEJUF

ANO XIII - EDIÇÃO Nº 151 - SETEMBRO DE 2009

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO 9912170399
ECT/DR/MG
SINTUFEJUF

FASUBRA

Vigilantes estão mais próximos do reconhecimento legal da atividade de risco

José Cruz / Agência Senado



Vigilantes comemoram aprovação de projeto no Senado Federal

Senado aprova dois projetos que consideram a atividade especial e dão direito a adicionais salariais

São encaminhados para a Câmara dos Deputados as matérias de autoria dos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Sérgio Zambiasi (PTB/RS) que discutem, respectivamente, a modificação de artigo da CLT que diz sobre as atividades perigosas, com direito à periculosidade, e a criação do adicional de atividade de risco para os vigilantes das instituições de ensino e pesquisa.

Leia na pág.5

RU em condições melhores para servidores

Novo restaurante foi planejado para atender à demanda de trabalhadores e estudantes da UFJF. Depois de um período conturbado em outra instalação, os servidores já sentem melhora em suas condições de trabalho.



Sistema de rampas é uma das novidades

Leia na pág.7

Plano de saúde não sofre reajuste

Os valores da contrapartida paga pelos servidores são mantidos.

Leia na pág.7

AVANÇO Estatuto da Igualdade Racial é aprovado pelos deputados

Em setenta artigos, lei dispõe, entre outros pontos, sobre os direitos fundamentais à saúde, educação, trabalho, cultura, liberdade de crença, acesso à terra e moradia.

Leia na pág.4

Carreira em debate

Os técnico-administrativos em educação estiveram mobilizados no IV Fórum Nacional da CIS e no GT Carreira da Fasubra, eventos em que discutiram qual é o futuro esperado para o plano de carreira.

Raquel Carlucho / FASUBRA



Diretores conduzem GT Carreira da Fasubra

Leia na pág.3

EDITORIAL

PALAVRA DO SERVIDOR

Plano de saúde: após um ano, comemoramos mais vitórias

Temos muito a comemorar com a excelente notícia de que não teremos reajuste em nosso plano de saúde nesse ano. São várias vitórias que nos fizeram chegar a essa realidade e, por isso, temos que parabenizar nossos companheiros que trabalham para o avanço da nossa assistência suplementar à saúde, tanto em Brasília quanto na UFJF.

Em primeiro lugar, ressaltamos a nossa luta, o nosso empenho nas negociações, que fizeram com que obtivéssemos o auxílio saúde em 2007, após a greve. Conquistamos uma legislação com uma previsão de aumento dos valores subsidiados pelo governo federal de R\$ 42 até R\$ 72, fazendo com que tivéssemos, a partir disso, uma perspectiva de política de saúde nas universidades destinada aos seus trabalhadores.

Em segundo lugar, a atuação da Comissão do plano de saúde fez com que tivéssemos um contrato com a operadora que beneficiou os trabalhadores. Somos exemplo em nível nacional, pois conseguimos obter valores baixos em nossa contrapartida, sem perder em qualidade dos serviços prestados. Conquistamos um excelente plano de saúde e não pagaremos reajuste neste ano, mérito da comissão que negociou com a empresa e conseguiu beneficiar ainda mais os servidores.

A manutenção dos valores do plano de saúde é um ganho salarial para todos nós, sem dúvida. Tivemos um acordo cumprido e, sem plano de saúde reajustado, é dinheiro no nosso bolso. Benefícios concedidos, como o plano de saúde, melhoram o poder da remuneração.

O que o servidor pensa sobre os ônibus que transportam os funcionários aos seus locais de trabalho? O que acharam das mudanças (novos veículos e horários)?



“Estou satisfeito com o transporte que é oferecido. Com a mudança da frota tudo melhorou muito, porque ficou mais confortável e também porque agora são dois ônibus que passam no mesmo horário. Facilitou para nós o horário antecipado em dez minutos (antes era 6h40 e 7h40, agora é 6h30 e 7h30), o que nos faz chegar na hora certa no trabalho”.

Darci Márcio Gonçalves Viana - Faculdade de Odontologia

“Como usuário estou satisfeito, porque hoje temos uma outra realidade. O transporte evoluiu conforme o crescimento da universidade. Como pessoa que trabalhou nessa mudança, posso dizer que hoje há falta de pessoal para atender à demanda, mas nossa expectativa é pela contratação. Estamos estudando a possibilidade de ter um quarto horário para atender as pessoas que vão pela Avenida Independência, onde os veículos vão mais cheios”.

Albênio Cordeiro - Gerência de Transporte



“Ficou melhor do que estava antes. Os ônibus novos oferecem mais espaço e conforto e a modificação dos horários facilitou para nós. Antes chegávamos em cima da hora. Com dois ônibus em cada horário, tudo ficou mais organizado, melhorou cem por cento hoje”.

Watesland Barbosa Vieira - Pró-Reitoria de Infraestrutura

“Agora ficou melhor, com dois ônibus tudo facilitou. Estamos esperando as carteirinhas. Está nos favorecendo porque os ônibus não estão mais lotados e entram pessoas sem a carteira. Temos que regularizar esse sistema, sem constrangimento e deixando o serviço mais cômodo”.

Eulália Baldi Pacheco - CGCO



“O horário está ótimo e a frota está em melhores condições. Minha sugestão é que se faça novamente como foi feito nos dois primeiros dias da mudança, com mais ônibus passando na avenida Independência e pegando quem trabalha nos setores do Centro de Ciências da Saúde e de Estudos Sociais da universidade. No mais, estou muito satisfeita”.

Marciléia Feital - Faculdade de Direito

“Com certeza ficou melhor. Antigamente eu nem usava o serviço de transporte de funcionários, subia à pé ou pegava outro ônibus, pois achava que não tinha segurança. Agora com esta frota ganhamos em segurança, principalmente. E o horário está mais tranquilo sendo às 7:30 horas”.

Maria Helena Barcellar - HU



Expediente

Sintufejuf

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora
Av. Getúlio Vargas, 763 A - Centro
Tel.: (32) 3215-7979
Fax: (32) 3215-3876
www.sintufejuf.org.br
comunicacao@sintufejuf.org.br

Coordenação Geral:

Paulo Dimas de Castro
Sebastião Luiz de Aquino Girardi

Coordenação de Comunicação:

José Farias Lima
Rogério da Silva
Jornalista Responsável:
Monique Campos
11.260 - DRT/MG

Conselho Editorial:

David Silva de Souza
Emanuel Braz
Janemar Melandre da Silva
José Farias Lima
Paulo Dimas de Castro
Rogério da Silva
Rosângela Márcia Frizzero
Sebastião Luiz de A. Girardi

Diagramação:

Sintufejuf
Colaboração:
Mauro Assise Michele Leite
Fotos:
Sintufejuf
Projeto gráfico:
Kojio Comunicação

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sintufejuf.

IV FÓRUM NACIONAL DAS COMISSÕES INTERNAS DE SUPERVISÃO DA CARREIRA

Ministério do Planejamento e Fasubra discursam para dirigentes

Governo fala da nova política de desenvolvimento de pessoal enquanto federação cobra melhoria do atual plano

Brasília foi a sede da quarta edição do Fórum Nacional das Comissões Internas de Supervisão de Carreira - FUNCIS. Realizado na UnB entre os dias 2 e 4 de setembro, o evento contou com a participação de cerca de noventa pessoas, entre elas, os integrantes da CIS/UFJF, Maria



Integrantes da CIS/UFJF no grupo de trabalho

Aparecida Neto, Manoel Rocha e Marcélia Guimarães, da servidora da PRORH/UFJF, Amilda Maia, e dos Coordenadores do SintufejuF, Lêda Faria e Paulo Dimas de Castro. Eles tiveram a oportunidade de trocar ideias e experiências sobre os planos de desenvolvimento dos integrantes da carreira.

De acordo com os participantes de Juiz de Fora, foram pautadas as dificuldades das Comissões e as diferentes realidades encontradas. Algumas reivindicações feitas no evento foram a redução da carga horária dos cursos de capacitação, projetos de educação continuada para os trabalhadores, incentivos, expansão dos padrões salariais e até a reformulação do enquadramento, tendo em vista os diversos pedidos de reestruturação dos cargos. Em relação à Comissão

Nacional de Supervisão de Carreira, os integrantes da CIS solicitaram mudança na composição, devendo esta ser formada por um representante de cada região do país.

Os trabalhadores também debateram sobre cursos de capacitação e a realização de avaliações de desempenho democráticas. Sobre esses temas, os modelos adotados na UFJF foram exemplo para várias CIS.

Três representantes do Ministério do Planejamento falaram sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (decreto 5707/2006). Já o Coordenador Geral da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos, expôs o cenário em que se encontram os programas de capacitação, avaliação de desempenho e dimensionamento, assim como mencionou as bandeiras defendidas.

GT CARREIRA DA FASUBRA

Sindicalistas farão diagnóstico sobre a carreira dos técnico-administrativos em educação

Estudos irão contribuir para a discussão de alterações da lei do enquadramento nas negociações com o governo

O Grupo de Trabalho GT sobre Carreira da Fasubra se reuniu nos dias 5 e 6 de setembro para dar início à elaboração de um diagnóstico sobre a implantação do plano de carreira dos técnico-administrativos em educação. Para isso, os cerca de setenta participantes foram divididos em seis equipes que se responsabilizaram por diferentes tarefas. O objetivo final é obter subsídios para a discussão de alterações na lei da carreira e identificar as lacunas existentes na implantação do plano. “A partir das tarefas cumpridas pelos componentes deste GT, a Fasubra pode partir para a negociação, em discussões mais profundas com o governo”, esclarece a Coordenadora do SintufejuF, Lêda Faria, uma das componentes do grupo de trabalho. Ela fez parte da equipe que ficou responsável por elaborar o quadro geral

sobre a situação dos cargos técnico-administrativos, assim como suas descrições.

“Precisamos entender a tendência seguida pelo governo para nossa carreira”, aponta o Coordenador do SintufejuF, Paulo Dimas de Castro, também participante do GT na equipe que estudará a evolução da legislação da carreira. Segundo ele, são tarefas



Servidores acompanham as explicações dos dirigentes

de outros componentes a comparação das leis, a elaboração de indicadores das gestões nas instituições de ensino e do funcionamento das CIS, além de um levantamento dos recursos de enquadramento.

Lideraram o GT os Coordenadores da pasta de assuntos jurídicos e relações de trabalho da Fasubra, Emanuel Braz (do SintufejuF) e Almiram Rodrigues, ao lado dos Coordenadores Gerais da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos e Rolando Malvásio Júnior. A abertura dos trabalhos contou com a presença do integrante da Comissão Nacional de Supervisão de Carreira, Hilbert de Oliveira, a Coordenadora da pasta das Universidades Estaduais, Fátima dos Reis e, como relator, o membro da CIS do Sintuftrj, Roberto Gomes.

UM PASSO ADIANTE NA LUTA

Formada a Frente Parlamentar em Defesa dos HUEs

Com a implantação de uma associação civil no âmbito do legislativo, trabalhadores vislumbram o fim da situação de sucateamento e terceirização nos hospitais universitários

Os trabalhadores das universidades podem comemorar um avanço em sua luta histórica por financiamento e concurso público nos HUEs. Foi formada a Frente Parlamentar em Defesa dos Hospitais Universitários, uma associação civil constituída no âmbito do Congresso Nacional. A Frente é liderada por quatro deputados - Solange Almeida (PMDB/RJ) na presidência; Alice Portugal (PCdoB/BA) na vice-presidência; Geraldo Resende (PMDB/MS) na primeira vice-presidência e José Rocha (PR/BA) na secretaria executiva. Além da mesa diretora, a Frente é composta por um conselho consultivo e pela assembleia geral, que inclui os parlamentares que a apoiam.

Fasubra faz parte do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar

A finalidade da Frente Parlamentar é garantir e acompanhar políticas de Estado de interesse dos Hospitais Universitários, além de promover debates relativos ao tema.

Em entrevista para o Jornal do Sintufejuf, a presidente da Frente, deputada Solange Almeida, afirma que o objetivo é fazer pressão para que o governo federal entenda a necessidade de financiar os HUEs. Ela declara ser o custeio insuficiente, o que leva ao sucateamento das unidades de ensino. “Precisamos discutir o que o país espera destes hospitais universitários. A frente tem um poder político interessante, pois é possível fazer uma articulação forte”.

A presidente da Frente informa que estão agendadas reuniões com o Ministro

Paulo Bernardo, para discutir concurso público para os HUEs, e com o Coordenador de Hospitais Universitários do MEC, José Rubens, com pauta sobre investimentos e contratualização nos municípios.

Sobre o modelo de fundação estatal de direito privado para os HUEs, Solange diz que a Frente Parlamentar não defende uma única posição, mas visa a tramitação da matéria em Comissões como as de Ciência e Tecnologia, Seguridade Social e Educação.

“Devemos aproveitar o espaço e sugerir agenda para o debate, alternativas de financiamento, ampliação, concurso público. Também defendemos que os HUEs primem pelo controle social”, argumenta a Coordenadora Geral da Fasubra, Léia Oliveira, que é integrante do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar.

Aprovado o Estatuto da Igualdade Racial

Lei institui mecanismos legais de combate à discriminação, além de ouvidorias e fontes de financiamaneto

Vitória para os militantes antirracismo: o Estatuto da Igualdade Racial virou lei. O projeto 6264/05, do Senado Federal, foi aprovado por unanimidade no dia 9 de setembro na Câmara dos Deputados, após passar por alterações em seu texto original. Estão instituídos, portanto, um conjunto de mecanismos legais que, como o próprio Estatuto diz, vão “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnico-raciais individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial”.

O Estatuto da Igualdade Racial dispõe, em setenta artigos, sobre os direitos fundamentais à saúde, à educação (incluindo as cotas), à cultura, ao esporte e lazer. A lei também diz sobre a liberdade de consciência e crença, o acesso à terra e à moradia, aos meios de comunicação e ainda sobre o mercado de trabalho.

O Estatuto instituiu o Sistema

Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, estabeleceu as Ouvidorias Permanentes e prevê fontes de financiamento de iniciativas de promoção da igualdade racial.

Estatuto da Igualdade Racial é analisado em grupo de trabalho

O GT Antirracismo da Fasubra se reuniu nos dias 22 e 23 de agosto, desta vez sob a liderança da recém-criada Coordenação de Raça e Etnia da Fasubra, formada por Iaci de Azevedo e Rogério Marzola. Os integrantes do GT Antirracismo do Sintufejuf, Nilza Lino e Rogério da Silva participaram da reunião realizada no Sindicato dos Trabalhadores da UnB.

Na reunião, os participantes tiveram a oportunidade de estudar minuciosamente o Estatuto

da Igualdade Racial (ainda não aprovado) e elaborar um conjunto de contribuições dos trabalhadores em educação para o texto do documento. O objetivo é que o Estatuto possa ser ajustado à atualidade.

Os participantes do GT também resgataram todas as propostas que foram aprovadas no IV Encontro Nacional de Negros e Negras e Militantes Antirracismo da Fasubra, de forma a dar continuidade ao que foi estabelecido naquele evento.



Participantes do GT posam para foto no final das discussões

NOSSO DIREITO

Senado Federal aprova projetos que criam adicionais de periculosidade e atividade de risco para vigilantes

São avaliadas possíveis mudanças na legislação, uma delas diz especificamente sobre vigilantes universitários

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou a alteração do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de forma a incluir, entre o rol das atividades profissionais perigosas, aquelas que expõem o trabalhador à situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física. A medida beneficiará profissionais da área de segurança, como vigilantes e vigias, que não podem receber o adicional de periculosidade por não estarem incluídos na CLT. Isso porque a lei considera como atividade perigosa somente aquela que implica o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

A matéria, aprovada por unanimidade, é o projeto de lei 387/2008 do senador Paulo Paim (PT/RS), que teve como relator o senador Flávio Arns (sem partido/PR). Em sua análise, Arns declara que a medida dará “amparo legal para muitas categorias cujos integrantes, hoje, ao realizarem suas tarefas, o fazem com grande sacrifício, podendo ficar incapacitados ou até mesmo perder a vida”.

Para se tornar realidade, o projeto do senador Paulo Paim depende da aprovação dos deputados federais. Também aguarda a análise da Câmara o projeto de lei de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que cria o adicional de periculosidade para os trabalhadores do setor de vigilância patrimonial e pessoal e de transporte de valores. A matéria foi encaminhada à Câmara em dezembro de 2008.

Adicional por atividade de risco

Outra matéria de interesse dos vigilantes passou pelo Senado Federal e chegou à Câmara dos Deputados no mês de agosto. O projeto de lei 179/2008, do senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O PL autoriza o Poder executivo a instituir o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa

científica e tecnológica. Neste caso, o adicional é cumulativo com outras vantagens e é fixado em percentual de cinquenta a cem por cento do vencimento básico do cargo.

A justificativa do senador é de que os vigilantes, por força das situações de violência e falta de segurança no ambiente universitário, realizam funções das polícias civil e militar, como forma de reduzir a vulnerabilidade de alunos, professores e funcionários às ocorrências de assalto, sequestro e atentados contra a vida.

Ausência de legislação impedia avanço nos processos

Na avaliação do advogado do Sintufejuf, Sérgio Ricardo Silva, a expectativa

Trabalho de vigilância não está no rol de profissões reconhecidas como perigosas

é de que os debates no âmbito do legislativo consigam fazer valer o direito dos vigilantes, já que o debate jurídico impulsionado pelo sindicato sobre o adicional de periculosidade e a aposentadoria especial encontrou a barreira da limitação da legislação. “A Norma Regulamentadora não prevê o reconhecimento de atividades perigosas para os servidores da vigilância”, o advogado explica.

Sérgio Ricardo esclarece que o Sintufejuf entrou com requerimentos administrativos na UFJF solicitando o reconhecimento da atividade de risco dos vigilantes. Os requerimentos ainda estão em tramitação. O sindicato também recorreu à Justiça Federal em Juiz de Fora e o caso é analisado atualmente por perícias judiciais.

AÇÃO COLETIVA DOS 3,17% - LISTAGEM “2”

Juíza analisa o direito à incorporação do percentual ao salário

Sindicato aguarda análise da juíza sobre o pedido enviado em requerimento para a UFJF em junho deste ano

Os cálculos referentes ao processo coletivo de número “2” dos 3,17% estão prontos. Mas conforme explica o advogado do Sintufejuf, Sérgio Ricardo Silva, eles estão sujeitos a alterações. Isso porque ainda há uma pendência na discussão judicial, que é a decisão sobre a incorporação dos 3,17% ao salário dos servidores. Somente a resposta da Juíza da Terceira Vara Federal sobre a incorporação dirá sobre os valores a serem pagos. “A incorporação define a data do retroativo”, resume Sérgio Ricardo.

Segundo conta o advogado, o sindicato solicitou a imediata incorporação do índice de 3,17% em requerimento encaminhado à UFJF em junho deste ano. Já em sua manifestação, a Procuradoria Federal

junto à instituição declara que a incorporação dos 3,17% ocorreu em janeiro de 2002, por meio da Medida Provisória nº 2225-45/2001. Entretanto, a Assessoria Jurídica do Sintufejuf insistiu no pedido, uma vez que a Procuradoria Federal não apresentou comprovação. “Demonstramos esse argumento através dos comprovantes de rendimentos dos servidores. Não há evidência de que foram reajustados”, declara Sérgio Ricardo.

O processo está nas mãos da Juíza da Terceira Vara Federal, que decidirá sobre o direito à incorporação dos 3,17%. “Após esta definição, iremos concluir os elementos para o pagamento de todo o valor retroativo, ou seja, os atrasados”, explica o advogado.

SERVIDORES JÁ PODEM SE INSCREVER

Sintufejuf realizará I Encontro de Assuntos de Aposentadoria no mês de outubro

Evento discutirá temas como reposicionamento na carreira, reforma tributária e regras do sistema de previdência

Estão abertas as inscrições para o I Encontro Regional de Assuntos de Aposentadoria, que será realizado pelo Sintufejuf nos dias 14 e 15 de outubro. O evento é voltado para os técnico-administrativos em educação e docentes da UFJF, assim como servidores públicos de diversas categorias, tanto os aposentados quanto os que estão em atividade. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela Internet, por telefone ou pessoalmente até o dia 1 de outubro (veja o quadro).

O Encontro será uma oportunidade de aprender e debater temas importantes da política sindical, como reposicionamento de aposentados no plano de carreira, reforma tributária, regras da previdência do servidor público (mudanças e perspectivas) e também sobre qualidade de vida. O evento receberá palestrantes da UFJF e do movimento sindical nacional.

Na ocasião, os participantes irão elaborar um conjunto de propostas a serem levadas ao Encontro Nacional de Assuntos de

Aposentadoria da Fasubra.

O I Encontro Regional de Assuntos de Aposentadoria acontecerá no anfiteatro do Museu de Arte Moderna - Mamm, das 9 às 18 horas.

Inscrições abertas

Pela Internet: www.sintufejuf.org.br

Por telefone: (32) 3215-7979

Pessoalmente: Avenida Getúlio Vargas, 763 A - Centro (sede administrativa do Sintufejuf).

COMBATE À GRIPE A

Equipe da Faculdade de Farmácia produz álcool em gel para a universidade

Já é feita uma média de 400 litros por semana para atender a demanda das unidades

Os trabalhadores do laboratório de Produção da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Nívia Maria Valle, Cláudia Seccádio e Paulo Dimas de Castro, deram início à fabricação de álcool em gel, que será distribuído para a UFJF. Também fazem parte da equipe de produção os alunos da disciplina Atividade Orientada. “Adquirimos a matéria prima e começamos a produzir para atender esse mercado interno. É uma obrigação da faculdade”, ressalta o diretor da unidade, professor Lúcio Barra. Com isso, já são produzidos no laboratório cerca de 400 litros de álcool por semana.

Nívia explica que o processo consiste em reduzir o teor alcoólico do álcool líquido comum até chegar em 70%. Dessa forma, o produto obtém efeito anti-séptico. Em seguida, são adicionadas substâncias para dar ao álcool o aspecto de gel e para evitar o ressecamento das mãos. Os lotes prontos vão para o Laboratório de Controle de Qualidade da Faculdade.

A repercussão foi grande entre os alunos, unidades acadêmicas e até fora da UFJF. Os profissionais fornecerão álcool em



Servidores preparam 130 litros de álcool em gel

gel para o Colégio Militar, por exemplo. “Nosso intuito não é comercializar. O objetivo é o ensino e poder unir isso ao momento em que o país precisa”, ressalta Nívia. Paulo Dimas destaca que o trabalho vai gerar maior sensibilização da comunidade. “O álcool em gel deve ser usado durante todo o ano para que as pessoas se acostumem com esta forma de higiene pessoal”. Para Cláudia, a novidade possibilitou colocar o setor de trabalho em evidência. “Foi importante para o laboratório. Assim podemos mostrar a nossa capacidade de produção”, considera a servidora.

NOVOS CONVÊNIOS

Interidiomas

Rua Batista de Oliveira, 470/404 - Centro
Tel.: 3217-3458

Creche e Escola Recanto dos Amiguinhos
(25% de desconto)

Rua Santos Dumont, 473 - Granbery
Tel: 3211-7158

CLASSIFICADOS

Alugo cota do Joalpa Hotel - Cabo Frio, de 30/10/09 a 6/11/09, para cinco pessoas, no valor de R\$ 500,00. Por pessoa, sai uma quantia de R\$ 12,50 por dia. Entrar em contato com o colega José Farias pelos telefones: 8812-6069 / 9982-6022.

Precisa-se de máquina de costura para desenvolver atividades com alunos no C.A. João XXIII. Quem puder fazer uma doação, entrar em contato com a professora Regina Martoni através dos telefones: 3229-7614 ou 9987-2084.

AGRADECIMENTO

Sou muito grata à equipe do PAPPS/UFJF (Programa de Atenção Primária à Saúde do Servidor), em especial à Dr.^a Vera Maria R. Passe, pelo atendimento que recebi e também pelos cuidados que fizeram com que fosse constatado que eu precisava trocar uma medicação. O PAPSS é um lugar onde o servidor pode recorrer e será muito bem atendido.

Evanir Siqueira de Magalhães

VITÓRIA PARA OS SERVIDORES

Servidores não terão reajuste no plano de saúde neste ano

Com aumento do subsídio do governo e negociação vitoriosa com a operadora de plano de saúde, os valores são mantidos

O plano de saúde dos servidores da UFJF chegou ao segundo ano de contrato, mas os técnico-administrativos em educação e os docentes não pagarão por reajuste neste período. Essa conquista para os trabalhadores da instituição foi produto do aumento do subsídio fornecido pelo governo federal - de R\$ 50 para R\$ 65 reais - e também da negociação feita pela administração superior da UFJF com a Unimed/JF, operadora contratada para o serviço de assistência suplementar à saúde dos servidores. O reajuste do subsídio do governo foi garantido, já que estava previsto no acordo de greve estabelecido com os servidores. Já a manutenção do preço pela

Unimed foi conseguida em negociação.

“A primeira proposta da empresa foi a de trabalhar com reajuste na cota do governo e também na parcela do servidor. Mas negociamos o índice da sinistralidade (referente ao uso dos planos) e o da Agência Nacional de Saúde - ANS e conseguimos manter o valor da parcela do servidor por mais um ano, assim como o valor da tabela de procedimentos e do agregado”, explica o Pró-Reitor de Recursos Humanos da UFJF, Sebastião Marsicano Júnior, que é integrante da Comissão que trata da assistência à saúde.

A verba de auxílio saúde no valor de R\$ 65 por pessoa já é repassado pelo governo

federal à operadora Unimed. Para os técnico-administrativos em educação, o aumento do subsídio vale desde agosto. Para os docentes, será a partir de setembro, já o contrato foi feito posteriormente.

Os valores que foram mantidos

Plano 1 - regional, co-participativo, sem custo;
Plano 2 - nacional, co-participativo, com mensalidade de R\$15;
Plano 3 - regional sem co-participação, com mensalidade de R\$ 34,50;
Plano 4 - nacional sem co-participação, com mensalidade de R\$ 59,85.

INVESTIMENTO

Servidores do RU já sentem melhora nas condições de trabalho

Ampliação do refeitório e instalação da cozinha industrial foram planejadas para atender a demanda dos estudantes e funcionários da Universidade

Tudo está melhor, há mais espaço e tranquilidade para trabalhar. A construção de mais uma copa trouxe organização para o ambiente de trabalho e a nova instalação se adequou à demanda. Estas são as opiniões dos trabalhadores do Restaurante Universitário (RU), Carlos Alberto da Silva, Antônio Sérgio Leite e Luzia de Fátima Pereira sobre o início das atividades no novo RU. O restaurante teve que funcionar no Renata Buffet, por volta de cinco meses, devido às obras de ampliação do espaço necessárias para atender à demanda dos estudantes e servidores da UFJF, o que causou muitos transtornos em suas condições de trabalho.

Uma das principais mudanças que ocorrerá no RU é a instalação de uma cozinha industrial que ainda está em fase de construção. A previsão de entrega da obra será em novembro, para que haja um treinamento com os servidores e, em março de 2010, já a comece a funcionar. Até que a cozinha fique pronta, uma empresa licitada fornece as refeições, além disso, há muita

expectativa dos servidores em relação a essa nova forma de trabalho. “O que o reitor prometeu para a gente é que o RU, o ano que vem, estará em nossas mãos, assim depois que a cozinha estiver pronta, nós vamos direcionar tudo”, declara o funcionário do RU, Miguel Simplicio Neto.

O novo refeitório, com capacidade para oferecer 3 mil refeições a mais, agora conta com duas copas, duas saídas, duas entradas com três catracas (sendo uma para deficientes), sistema de rampas para servir a comida e dois caixas, para facilitar o atendimento aos usuários do RU. De acordo com a



Servidores trabalham em novo refeitório no Campus

gerente do restaurante, Mariza Dessupoio, as reivindicações feitas pelos funcionários e estudantes foram atendidas, já que há melhoria das condições de trabalho e atendimento ao usuário, mesmo o RU não funcionando ainda com toda sua nova estrutura física. “É um lugar aconchegante, bonito e amplo. Os funcionários estão tendo todo o conforto que não tinham antes”, ressalta Mariza Dessupoio.

Infraestrutura

Segundo o Pró-Reitor de Infraestrutura da UFJF, Márcio Resende, o investimento foi em torno de R\$ 4,6 milhões, somados os equipamentos e as obras, que abrangem a área do refeitório, sanitários, vestiários dos funcionários, escaninho e distribuição da comida.

O pró-reitor destaca que será “uma nova filosofia de trabalho” e ressalta a ocorrência de um redimensionamento no quadro de funcionários para atender a nova demanda em que os trabalhadores serão os responsáveis por todas as atividades do RU.

ESCOLA ESTADUAL DOM ORIONE

Comunidade luta pelo retorno das atividades

Com a demanda reduzida, Superintendência Regional de Educação optou pelo fechamento do local, porém pais e poder público cobram melhoria das condições da escola para que volte a funcionar



Escola está de portas fechadas desde o mês de julho

Um estabelecimento de ensino abandonado. Esta é a triste realidade da Escola Estadual Dom Orione, que está paralisada desde julho deste ano. Com a justificativa de baixa demanda, a Superintendência Regional de Ensino (SRE) decidiu cancelar as aulas. Já a comunidade informa que a escola depredada, sem equipamentos e materiais necessários levou muitos pais a desistirem de manter os filhos matriculados.

O fato mobilizou a comunidade dos bairros Dom Orione e Dom Bosco, vereadores,

Conselho Tutelar e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - Sind-UTE. Semanalmente acontecem reuniões na Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição, onde são decididas as formas de pressionar o governo pelo retorno das aulas e melhoria das condições da escola.

“Estamos colhendo assinaturas em vários pontos da cidade e marcamos uma mobilização para o Dia da Criança”, afirma o pai de um aluno da escola Dom Orione, José Tarcísio de Sá. Ele conta que a comunidade busca

solução judicial. “O advogado da Aban - Associação Beneficente Amigos do Noivo - está movendo ação contra o governo do estado. Foram consideradas as condições precárias em que estava a escola, apontando as falhas ocorridas”.

A vereadora Ana Rossignoli (PDT), integrante da Comissão de Educação da Câmara Municipal, afirma que vários pedidos foram encaminhados ao governo do estado, porém sem resposta. “Não existe interesse do estado em dar continuidade às atividades da escola”, diz. A vereadora explica que o município não tem força política perante o estado, por isso ressalta a importância da mobilização da comunidade para a resolução do impasse.

De acordo com a diretora da SRE, Maura Couto Gaio, as aulas foram paralisadas, atendendo a resolução 1256/2008. Do 6º ao 9º ano do ensino fundamental a escola contava com a média de 8 a 13

alunos por turma, enquanto a legislação obriga a ter 25. No ensino médio eram 14 alunos, sendo que a resolução determina 40 alunos.

O Conselheiro Tutelar, Wellington Alves, afirma que os alunos foram transferidos para outras escolas. Assim, como não há direito à educação violado, a possibilidade jurídica de conseguir o retorno às aulas é mínimo. Ele ressalta que há pais com dificuldade de pagar o transporte dos filhos para as escolas que passaram a frequentar, assim, crianças faltam as aulas. “As famílias estão sendo sacrificadas”, enfatiza.

“Queremos a reabertura imediata da escola e estamos juntos com a comunidade nessa luta”, defende a diretora regional do Sind-UTE, Lúcia Helena Mellino. Ela conta que professores e funcionários da escola estão com contrato interrompido e ressalta ser o sindicato contrário a qualquer fechamento de escolas. “Esta é apenas mais uma no cenário regional. O governo Aécio não é a favor da escola pública”.

ECONOMIA NACIONAL

Recuperação traz perspectivas para movimento sindical

O PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu 1,9% no segundo trimestre de 2009 em comparação com o primeiro, de acordo com o IBGE. Em entrevista divulgada pela Agência Estado no dia 11/09, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o país está tendo uma das recuperações mais rápidas neste período de recessão e mencionou que o aumento de gastos para combater a crise está garantindo o resultado positivo.

A retomada é consistente e é observada especialmente na indústria, que foi a mais afetada pela crise global. Esta é a avaliação apresentada pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, em visita à Agência Estado. Ele disse que a redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) foi importante para preservar a economia. Embora o governo tenha deixado de arrecadar, houve aumento na

receita devido às vendas que foram impulsionadas.

A recuperação levou os sindicalistas a buscarem aumentos reais. A Jornada Unificada de Lutas, iniciada em 14 de agosto em todo o país, colocou em evidência as bandeiras por salário justo e contra a diminuição de direitos, uma pressão sobre os patrões que se recusam a reco-

nhecer a atuação dos trabalhadores na superação da crise.



Sintufejuf participa de panfletagem no Calçadão durante Jornada Unificada de Lutas